



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Resistência e Planejamento Popular: uma experiência de assessoria técnica na Ocupação Carlos Marighella

Anderson Mateus Santos da Silva

Arquiteto e Urbanista graduado na Universidade Federal do Ceará

Vinícius Saraiva Barretto

Arquiteto e Urbanista graduado na Universidade Federal do Ceará

Sessão Temática 09: ATHIS e Extensão Universitária em PUR: relatos de experiência

Resumo. A produção do espaço urbano e seu planejamento ocorre de diferentes maneiras através de agentes e relações diversas. Diante do atual cenário de crise habitacional em Fortaleza, surgiram nos últimos anos várias ocupações urbanas na cidade. O presente artigo surge da experiência de assessoria técnica incorporada nos Trabalhos Finais de Graduação de dois estudantes de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará junto a Ocupação Carlos Marighella. As famílias se fixaram em um terreno privado vazio no bairro Mondubim, na cidade de Fortaleza, apoiadas e organizadas pela Unidade Classista e pela Organização Popular (OPA), e assessoradas por um grupo de arquitetos da OSC Taramela Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade e do Coletivo Escalar, bem como de arquitetos independentes e estudantes de graduação. Dessa forma, o artigo busca discutir sobre a prática de assessoria e as metodologias utilizadas durante os processos de planejamento, principalmente durante o ano de 2021, com a necessidade de avançar em um plano popular para a ocupação, que apresentasse soluções habitacionais e urbanísticas para as famílias e o terreno onde hoje se encontram, levando em consideração a participação dos moradores e de seus interesses e saberes.

Palavras-chave. Assessoria Técnica; Resistência Urbana; Planejamento Popular; Ocupações Urbanas; Ocupação Carlos Marighella.

Resistance and Popular Planning: an experience of technical assistance in the Carlos Marighella Occupation

***Abstract.** The production of urban space and its planning occurs in different ways through different agents and relationships. Faced with the current scenario of the housing crisis in Fortaleza, several urban occupations have emerged in the city in recent years. This article arises from the experience of technical assistance incorporated in the Final Graduation Works of two students of Architecture and Urbanism at the Federal University of Ceará with the Carlos Marighella Occupation. The families settled on an empty private plot of land in the Mondubim neighborhood, in the city of Fortaleza, supported and organized by the Unidade Classista and the Popular Organization (OPA), and assisted by a group of architects from the OSC Taramela Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade and the Coletivo Escalar, as well as independent architects and undergraduate students. In this way, this article aims to discuss the advisory practice and the methodologies used during the planning processes, especially during the year 2021, with the need to advance a popular plan for the occupation, which would present housing and urban solutions for the families and the land where they are today, taking into account the participation of residents and their interests and knowledge.*

Keywords: Technical advisory; Urban Resistance; Popular Planning; Low-income informal occupation; Carlos Marighella Occupation.

Resistencia y Planificación Popular: una experiencia de asistencia técnica en la Ocupación

Carlos Marighella

Resumen. *La producción del espacio urbano y su planificación se produce de diferentes formas a través de diferentes agentes y relaciones. Frente al actual escenario de crisis habitacional en Fortaleza, varias ocupaciones urbanas han surgido en los últimos años en la ciudad. Este artículo surge de la experiencia de asistencia técnica incorporada en los Trabajos Finales de Graduación de dos estudiantes de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad Federal de Ceará junto con Ocupação Carlos Marighella. Las familias se instalaron en un terreno privado baldío en el barrio Mondubim, en la ciudad de Fortaleza, apoyadas y organizadas por la Unidad Clasista y por la Organización Popular (OPA), y asistidas por un grupo de arquitectos de la OSC Taramela Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade y del Colectivo Escalar, así como arquitectos independientes y estudiantes de posgrado. De esta manera, el artículo busca discutir la práctica de asesoramiento y las metodologías utilizadas durante los procesos de planificación, principalmente durante el año 2021, con la necesidad de avanzar en un plan popular para la ocupación, que presentaría soluciones habitacionales y urbanas para las familias. y el terreno donde hoy se ubican, teniendo en cuenta la participación de los vecinos y sus intereses y conocimientos.*

Palabras clave: Asistencia técnica; Resistencia Urbana; Planificación Popular; Ocupaciones Urbanas; Ocupación Carlos Marighella.

1. Introdução

Este artigo é fruto de uma experiência em assessoria técnica desenvolvida durante a elaboração de dois Trabalhos Finais de Graduação (TFG) do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará (UFC). Construídos juntos aos moradores da Ocupação Carlos Marighella, ocupação urbana organizada pela Unidade Classista na cidade de Fortaleza, os referidos trabalhos comportaram-se como recortes dentro de uma prática de assessoria que já vinha sendo construída desde junho de 2020, data de início da ocupação. A aproximação com os moradores se deu através de forma voluntária a partir do surgimento da ocupação e, ao ser iniciado o processo de construção dos referidos TFG's, foi escolhido permanecer no território como forma de aliar esta necessidade acadêmica às práticas de assessoria já em prática, possibilitando continuar as contribuições e o atendimento às demandas reais das famílias.

A Ocupação Carlos Marighella faz parte do grupo de ocupações urbanas mais recentes na cidade de Fortaleza, surgidas principalmente pelas complicações econômicas decorrentes da situação pandêmica. Em seus poucos mais de dois anos de existência, a ocupação vem colecionando algumas vitórias importantes e inéditas na luta pela moradia na cidade. Localizada no bairro Mondubim, periferia sudoeste fortalezense, inicia seu processo de ocupação em um terreno particular e, após um extenso histórico de lutas, ocupa hoje um terreno público conquistado próximo ao primeiro. Resistindo a várias tentativas de despejo e ganhando força política e social na cidade, a ocupação vem tendo alguns diálogos com o poder público municipal na tentativa de construção de uma política habitacional por autogestão que proporcione a provisão de moradia e tratamento urbano da área ocupada.

A luta da Ocupação Carlos Marighella, assim como de muitas outras, perpassa pelo entendimento do direito à moradia para além do acesso a quatro paredes e um teto, emergindo, assim, questões acerca do acesso ao direito à cidade e à terra urbanizada. Com isso, surge a necessidade da elaboração de um plano urbanístico popular para a área onde hoje está localizada, como mecanismo sobretudo político, a ser utilizado nos entraves com o poder público em prol da permanência dos moradores no terreno ocupado.

No entanto, é sabido que as intervenções urbanísticas em territórios socialmente vulneráveis têm sido marcadas por um planejamento urbano vertical que, na maioria das vezes, não leva em consideração os saberes populares, tratando tais áreas como tábulas rasas (LOPES et al, 2019). Tendo em vista o atual contexto político e econômico cada vez mais neoliberal, observa-se a produção de uma conduta sobre os homens cujo foco principal é a competição e a acumulação individual (DARDOT, LAVAL, 2020). Tal conduta também se reflete na produção do espaço urbano a partir principalmente do exercício do planejamento, dando a este uma roupagem estratégica e mercadológica, além de fechar seus espaços de decisão para as demandas populares.

Frente a esta compreensão, o processo de assessoria técnica desenvolvido junto a ocupação buscou pensar e colocar em prática outras maneiras de intervir sobre o espaço urbano, que dialogassem com uma atuação técnica mais sensível e democrática, sempre buscando incluir os moradores nos processos de planejamento de seu próprio futuro. Ao longo de toda a atuação, a participação popular foi constante e incentivada, de tal modo que as sugestões e as deliberações sobre as intervenções do espaço partissem dos próprios moradores, fomentando o diálogo entre o saber técnico e o saber popular, instâncias historicamente distanciadas.

Desse modo, para se construir o plano popular demandado pelos moradores, foram escolhidos métodos com abordagens participativas que buscassem desvelar saberes e vontades já engendradas no território e nos ocupantes, empenhando-se na tentativa de construir um planejamento a partir do olhar de quem ocupa e transforma o espaço cotidianamente. As oficinas e os momentos realizados em conjunto com os moradores e o movimento propuseram tanto momentos de discussão e formação, quanto espaços de construção coletiva no que se refere às proposições projetuais demandadas, sempre em consonância com os moradores e suas necessidades.

2. A cidade de Fortaleza, a Unidade Classista e a Ocupação Carlos Marighella

Fortaleza destaca-se no cenário nacional pelo seu rápido crescimento demográfico ocorrido ao longo da segunda metade do século XX. Atualmente, segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a capital cearense abriga mais de 2,6 milhões de habitantes, correspondendo a quase 30% da população do estado. Dessa forma, configura-se como a mais densa capital brasileira e um dos dez municípios mais densos do país, com mais de 1,1 milhão de habitantes vivendo em mais de 800 assentamentos precários que ocupam apenas 11% do seu território (PEQUENO, 2020).

As políticas urbanas e os programas de provisão habitacional colocados em prática na cidade nas últimas décadas não foram efetivos em promover o pleno direito à cidade e à moradia de seus habitantes, pelo contrário, aprofundaram a natureza excludente e mercantil da lógica neoliberal de acesso às mesmas (BOULOS, 2012). Desse modo, a cidade vem assistindo seu déficit habitacional crescer sem nenhum plano ou programa próprio para frear tal questão. Segundo estimativas da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (HABITAFOR), a cidade contava, em 2019, com pelo menos 130 mil famílias vivendo em moradias com estrutura inadequada ou mesmo não tendo acesso a uma casa. A inexistência ou baixa efetividade das políticas públicas tem feito a cidade informal e precária ser a única alternativa para grande parte da população fortalezense.

Diante desse contexto, movimentos sociais de luta pela moradia vem atuando na cidade, a exemplo da Unidade Classista (UC), movimento nacional ligado ao Partido Comunista Brasileiro e bastante conectado com o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil. A sua primeira ocupação urbana, não só em Fortaleza, como no Brasil, é a Ocupação Gregório Bezerra, organizada em 2016, no bairro Conjunto Ceará, na periferia oeste da capital cearense. A ocupação passou por diversos estágios, onde finda seu processo de resistência em 2018, somente após as famílias garantirem vagas em empreendimentos habitacionais ainda em construção na época.

Passada esta experiência, a Unidade Classista só volta a organizar uma ocupação urbana em Fortaleza em 2020, em parceria com a Organização Popular (OPA)¹, surgindo assim a Ocupação Carlos Marighella. A ocupação iniciou-se no dia 8 de junho do referido ano, em um terreno abandonado no bairro Mondubim, situado no setor sudoeste da cidade, onde predominam bairros de baixa renda e onde se encontra um grande número de assentamentos precários (figura 1), e de onde vem a grande maioria das 85 famílias que iniciaram o processo de ocupação. Muitas destas perderam as condições de pagamento de aluguel em meio às complicações da pandemia de covid-19, e não contavam com outra opção de moradia.

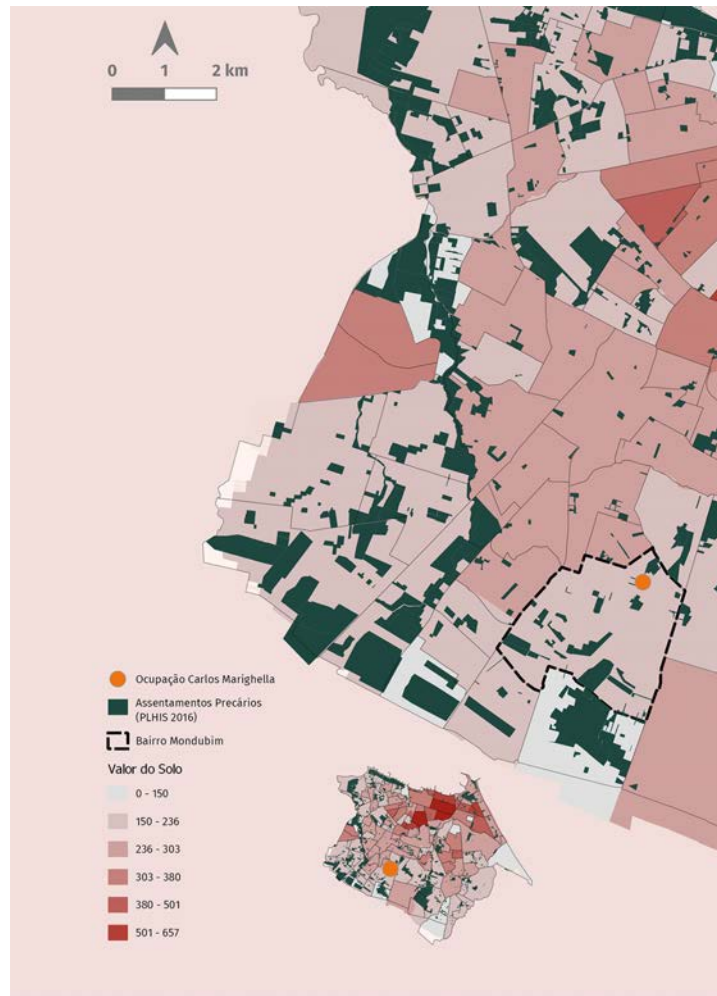


Figura 1. Mapa Localização da Ocupação Carlos Marighella na cidade de Fortaleza (fonte: elaborada pelos autores).

Sua localização em uma área periférica, mas alvo de empreendimentos de classe média, permite compreender o porquê da ocupação, desde o seu início, sofrer com intimidações policiais e de seguranças de empresas privadas contratados pelos proprietários do terreno, que realizaram a derrubada de alguns barracos sem apresentar quaisquer ordens judiciais. Após a derrubada, os moradores conseguiram reerguer suas moradias. Logo depois destes episódios, representantes da empresa proprietária do terreno, a Akasa Participações LTDA (figura 2), solicitaram reunião com os moradores e os movimentos que os organizam, a fim de tentar negociar a saída das famílias. Nesta ocasião, os representantes propuseram a doação de um outro terreno próximo, como também ofereceram ajuda financeira e técnica para a construção das casas dos moradores. A proposta foi bem recebida pelos ocupantes, com a única condição de ser celebrada e formalizada perante os órgãos jurídicos competentes.

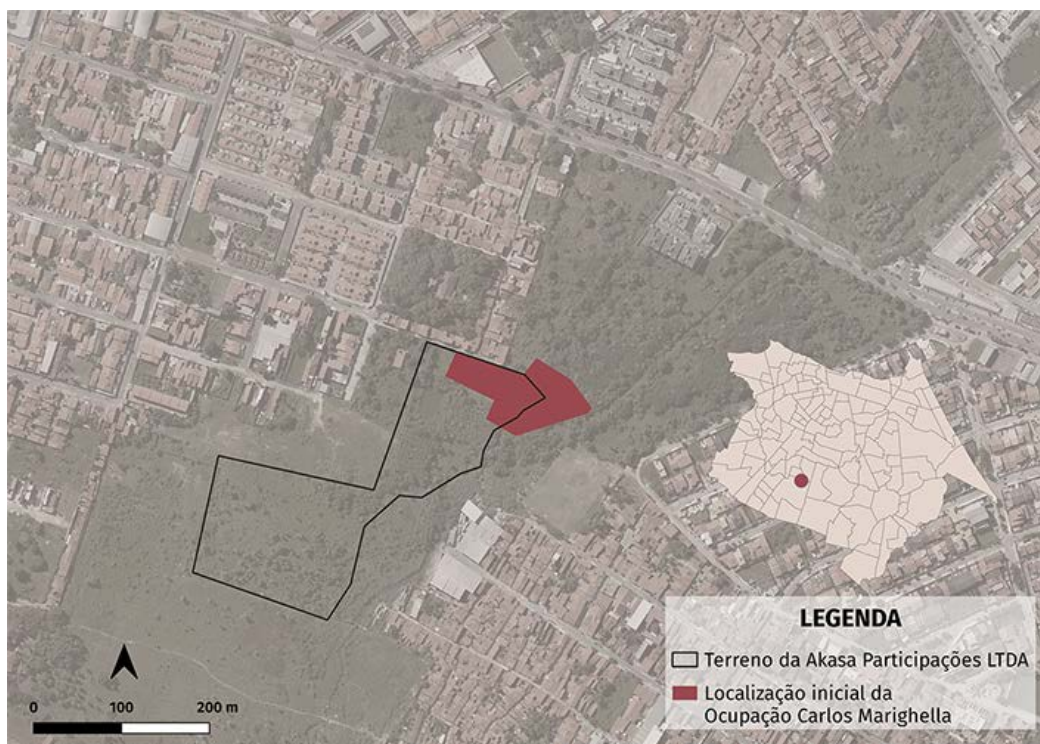


Figura 2. Localização inicial da Ocupação Carlos Marighella e polígono do terreno pertencente a empresa Akasa Participações LTDA (fonte: elaborada pelos autores).

No entanto, apesar do acordo informal, e este ter sido registrado em vídeos e fotos pelos ocupantes, a empresa não deu seguimento à proposta consentida, ingressando com ação de reintegração de posse dois dias depois da reunião. No primeiro momento, o pedido foi negado juridicamente tendo em vista que os proprietários não conseguiram caracterizar o exercício de posse daquela área. Contudo, logo depois o pedido foi aceito e se seguiu vários meses nesse processo de variadas decisões judiciais quanto à remoção, fazendo com que as famílias se encontrassem em constante sentimento de medo e incerteza sobre sua situação. Vale registrar o massivo apoio popular que a ocupação recebeu e recebe até hoje, principalmente nas redes sociais. Por conta de tal mobilização os moradores conseguiram resistir às várias investidas que se sucederam.

Ao longo desse processo, a Ocupação Carlos Marighella atuou politicamente, usando de várias estratégias para resistir e conseguir negociar com o poder público. Ocorreram reuniões entre órgãos públicos (com representantes da HABITAFOR e o Coordenador de Habitação da Secretaria das Cidades do Governo do Estado), os moradores e os assessores, para debater propostas para as famílias da ocupação. Contudo, as soluções oferecidas tangiam somente a concessão de aluguel social e a realocação de algumas famílias para vagas desocupadas em conjuntos habitacionais distantes do terreno ocupado, o que não estava de acordo com as reivindicações dos ocupantes, que sempre pautaram a permanência no terreno ocupado, uma vez que já mantinham relações com o bairro e o seu entorno.

É nesse contexto que o grupo de assessoria técnica, que vinha acompanhando a ocupação, desenvolve um plano emergencial com alternativas de planejamento e solução habitacional para as até então 85 famílias, demonstrando a existência de vazios próximos ao terreno ocupado e a possibilidade de reassentamento das famílias nestes, caso o poder público não conseguisse efetuar a desapropriação mediante pagamento de indenização a empresa proprietária do terreno originalmente ocupado. Mesmo com a aparente abertura e disposição do poder público acerca do plano emergencial, os encaminhamentos eram conduzidos com muita morosidade dentro dos órgãos responsáveis pela questão da habitação no município, frequentemente causando a impressão de tentativa de esgotar o movimento e os moradores pelo cansaço.

Diante disso, em dezembro de 2020, após seis meses de existência, a organização da ocupação decide ocupar a sede do PDT (Partido Democrático Trabalhista), partido político do ex-prefeito Roberto Cláudio e do seu sucessor, à época já eleito. Tal estratégia se deu como forma de pressionar por um diálogo direto com o chefe do executivo municipal.

Desse modo, as famílias conseguiram uma reunião com o prefeito, na qual foi apresentado o plano emergencial elaborado pela equipe técnica, e aquele comprometeu-se publicamente com a doação de um dos terrenos públicos mapeados pelo plano para a construção das moradias para os ocupantes (figura 3). Semanas depois, houve a votação na Câmara Municipal e foi aprovado o processo de desafetação de uso do terreno, onde este passou a ser destinado a uso habitacional em detrimento de sua destinação anterior, uso institucional. Além disso, também foi aprovada a construção de moradias populares para as famílias da ocupação no terreno conquistado (Projeto de Lei nº 313/2020). É importante ressaltar que a posse do terreno não passou para a ocupação e sim para a HABITAFOR, com esta sendo a responsável em construir diálogo com os ocupantes acerca do projeto habitacional na área.

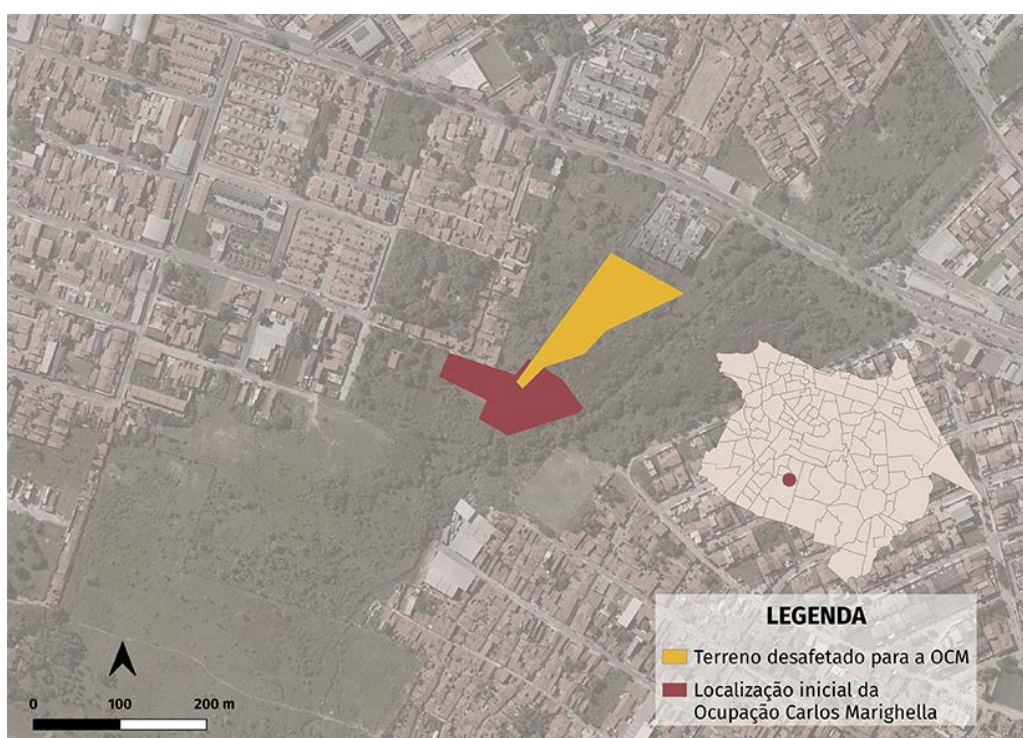


Figura 3. Localização original da Ocupação Carlos Marighella em relação ao terreno conquistado e desafetado junto a Prefeitura Municipal de Fortaleza (fonte: elaborada pelos autores).

No entanto, apesar de todas essas conquistas, até o momento de elaboração dos Trabalhos Finais de Graduação, os diálogos com o poder público acerca do desenvolvimento do projeto habitacional para a ocupação continuaram acontecendo de forma lenta. Além disso, há algumas diferenças entre a visão dos moradores e da Prefeitura quanto a como esse processo deve ser construído. A HABITAFOR vem ditando que a elaboração do projeto seja realizada a partir de sua equipe técnica. Já os moradores e o movimento pautam que o grupo de assessoria, que os acompanha desde o início, desenvolvam as propostas habitacionais para as famílias, uma vez que estes profissionais já são conhecidos pelos moradores e tornaram-se importantes apoiadores no processo de resistência dos mesmos.

De toda forma, no início do ano de 2021 foi feita a transição dos moradores para o terreno conquistado através de sua luta. Para tanto, foi elaborado um plano de ocupação provisório pelo grupo de assessores na tentativa de ordenar o processo da nova ocupação e de otimizar a porção do terreno viável para a construção dos barracos, tendo em vista que este possui uma grande

porção que impossibilita quaisquer construções. O plano sugeria que a ocupação se desse em duas etapas. A primeira referente a construção dos barracos na porção nordeste do terreno, e a segunda tocante a porção noroeste (figura 4). O plano demarcava os lotes para a construção dos barracos a partir de dimensões preestabelecidas juntas aos ocupantes, além de demarcar também o espaço destinado para áreas de uso coletivo, como a cozinha coletiva e a ciranda para uso recreativo das crianças.

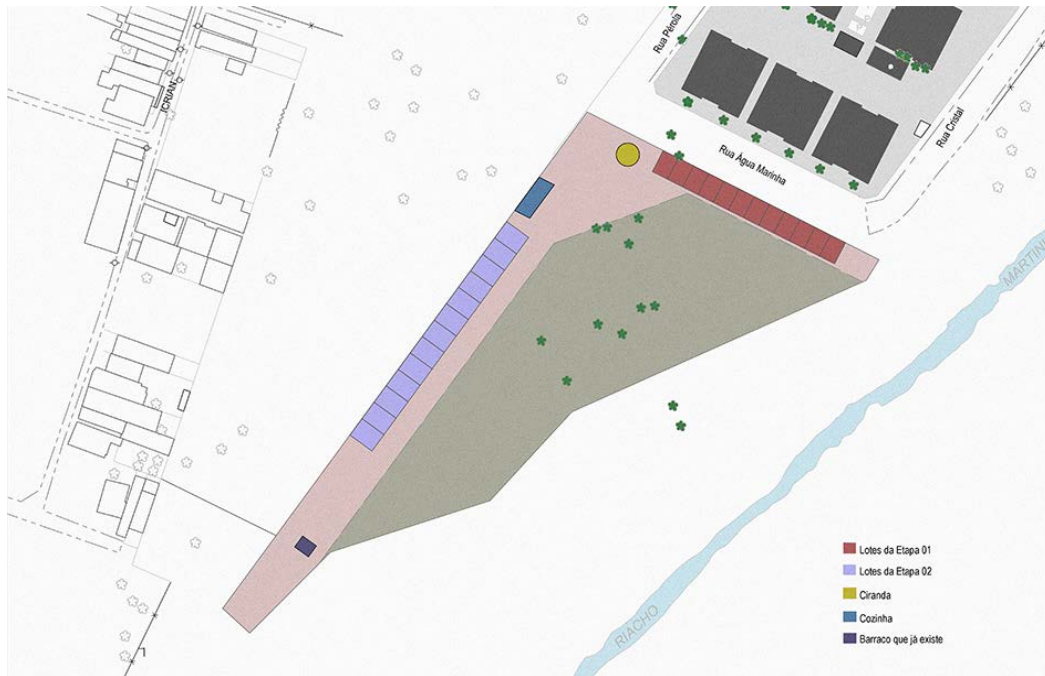


Figura 4. Plano de ocupação provisório desenvolvido pela equipe de assessoria técnica da Ocupação Carlos Marighella (fonte: Acervo da assessoria técnica, 2020).

Vale ressaltar que este plano tinha apenas o objetivo de tornar o processo de ocupação no novo terreno menos precário, enquanto o projeto habitacional prometido pela Prefeitura não se concretizasse. Isto é, não é apresentado, ainda nessa fase inicial, nenhum tratamento urbanístico para o assentamento, o que ocorre em processo de planejamento posterior, cujo qual terá seus primeiros passos apresentados nos próximos tópicos.

3. A demanda por um plano popular

Após a segunda onda de coronavírus em Fortaleza, no início de 2021, o momento foi de rearticulação e de reaproximação dos assessores técnicos com os moradores da ocupação. A segunda onda do vírus fez com que os profissionais e estudantes fossem consideravelmente menos a campo, e que as atividades no novo terreno diminuíssem. Devido a isso, durante os momentos de rearticulação e início de um diálogo direto com a Prefeitura por meio da HABITAFOR, percebeu-se a necessidade de construir um planejamento político e projetual a ser desenvolvido nos meses seguintes.

Como dito, o diálogo com a Secretaria continuou, entretanto de forma bem lenta e espaçada. A pressão feita pelo movimento e pelas assessorias era para elaboração de um projeto piloto de provisão habitacional municipal por meio de autogestão, a qual sofreu resistências dentro da mesma por não se encaixar perfeitamente no arranjo institucional e no escopo das políticas do órgão público referido. Assim, houve algumas diferenças entre a visão dos moradores e da Prefeitura quanto a como esse processo deveria ser construído.

Foi a partir disso que começou-se a dialogar com a HABITAFOR acerca da elaboração de um termo de referência para contratação de uma equipe multidisciplinar para realização de um Plano

Popular Urbanístico e Ambiental da Ocupação Carlos Marighella (PPUA), no qual estaria contido o projeto arquitetônico, urbanístico e projetos complementares, acompanhados de uma gestão ambiental e de um plano de geração de emprego e renda para as famílias. Visando, portanto, trabalhar de forma planejada, participativa e multidisciplinar com a complexidade e completude do caso da ocupação. Entretanto, em meio às dificuldades de articulação interna e de contato com a HABITAFOR, tal processo passou para o segundo plano em meio às outras demandas e urgências dos moradores.

É nesse contexto que se insere o suporte recebido do Edital N° 01/2021 de apoio institucional à Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Ceará (CAU/CE). O grupo de assessores viu no edital a possibilidade de potencializar o processo de assessoria técnica que já vinha sendo desenvolvido, bem como fomentar a elaboração de um plano popular que, além de ser construído e de seguir os interesses dos moradores quanto a como queriam o tratamento urbano do seu terreno e o desenho de suas moradias, também pudesse servir como ferramenta política nas negociações com o poder público, demonstrando, sobretudo, a possibilidade e as soluções de permanência no local onde hoje se encontram.

O processo de planejamento apoiado pelo edital previa três fases principais: (1) a realização de um censo comunitário da ocupação, que buscasse conhecer o perfil social dos ocupantes, compreendendo a importância de entender para quem está sendo planejado; (2) as oficinas participativas, como espaços de promoção à participação direta e efetiva dos moradores nos processos de planejamento; e (3) momento reservado para discussões internas da equipe de assessoria e elaboração do desenho técnico a partir do que foi discutido e construído nas etapas anteriores. Nesse artigo, optou-se por focar, de maneira mais aprofundada, nos relatos das experiências e trocas realizadas durante as oficinas participativas, uma vez que busca-se aqui, sobretudo, gerar reflexões sobre esse tipo de atuação e de metodologia projetual.

4. As oficinas participativas

Na tentativa de potencializar a autonomia e o envolvimento das famílias da Ocupação Carlos Marighella, elaborou-se uma metodologia baseada na criação de momentos de formação, de debate e de trocas, denominadas de oficinas participativas. Desse modo, buscou-se democratizar a ação do planejar e apreender dinâmicas e interesses dos moradores a partir de suas vivências no território, a fim de que a construção da cidade seja, de fato, coletiva.

Ao todo, foram realizadas seis oficinas, todas ocorridas na própria ocupação, de forma semanal. Aconteceram no período compreendido entre os dias 28 de outubro de 2021 e 09 de dezembro do mesmo ano, sendo realizadas nos dias de quinta-feira no período noturno. As datas e os horários foram previamente estabelecidos junto aos moradores em assembleia geral, levando em consideração o dia da semana e o turno que mais pessoas poderiam estar presentes.

Com base nas características atribuídas a assessoria técnica por Baltazar e Kapp (2016), e na busca por trabalhar com diversas interfaces de forma que promova a “ampliação do imaginário acerca do espaço e de sua produção em vez da adesão a pressupostos abstratos e soluções técnicas que ainda desqualificam conhecimentos e práticas dos assessorados” (BALTAZAR & KAPP, 2016), as oficinas foram pensadas de maneira a primeiro discutir sobre questões mais amplas, como a regularização fundiária do terreno conquistado, passando por discussões acerca dos espaços comunitários e áreas livres para, por fim, chegar na escala das unidades habitacionais. Isso por meio de momentos nos quais foram utilizados diversos materiais, como cartografias impressas, maquete com a topografia e desnível do terreno, tabuleiros em escala para composição das unidades, blocos de isopor, projetor de vídeo, dentre outros.

4.1 Oficina 01 - Porque a terra ainda não é nossa?

A primeira oficina possuiu um caráter mais formativo e expositivo. No primeiro momento, foi lembrado aos moradores a trajetória de luta da ocupação até chegar na conquista do terreno onde hoje se encontram, para então apresentar qual a relação atual entre os moradores e a terra conquistada e as possibilidades de regularização fundiária da mesma. O terreno conquistado é de domínio público e lhe era designado o uso institucional pela Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) da cidade. Contudo, com a conquista dos moradores, o terreno passou por um processo de desafetação, e hoje lhe é atribuído o uso habitacional, que garante certa estabilidade para a permanência dos ocupantes no local, mas em nenhum momento foi repassada a posse para a ocupação, ainda constando como proprietária a Prefeitura Municipal de Fortaleza. Foi necessário esse momento de recapitulação e esclarecimento com os moradores, pois nem todos tinham a devida clareza sobre todo esses acontecimentos e de como poderia se dar o processo de regularização fundiária a partir de então.

Feita essas discussões, partiu-se para o debate acerca da importância dos moradores se organizarem coletivamente de forma legalizada, isto é, formarem oficialmente uma associação de moradores. Dentre os motivos principais, desponta os de garantir a oficialização da conquista do terreno e firmar a construção de suas futuras habitações junto ao poder público municipal. Nesse sentido, foi também conversado acerca de algumas possibilidades de regularização fundiária, sendo introduzido aos moradores o Termo Territorial Coletivo (TTC), ferramenta ainda nova no Brasil, mas que permite que a posse da terra seja de propriedade coletiva enquanto as habitações permaneçam em posse individual, mas submetidas a regras pactuadas coletivamente.

O TTC foi abordado com o intuito de mostrar aos moradores uma estratégia de regularização fundiária que permite a gestão coletiva da terra e que busca proteger o direito à moradia de seus integrantes, afastando a terra do mercado privado e diminuindo o risco de especulação imobiliária na área em questão (RIBEIRO, LITSEK, 2021), bem como promovendo o fortalecimento da comunidade que passa a gerir em conjunto o que pode e o que não pode ser feito em suas terras. O TTC foi apresentado às famílias a partir de suas principais características e benefícios, bem como suas principais limitações, dentre elas, a questão já explanada de ainda ser um instrumento novo no país, ficando carente de mais estudos acerca de sua implantação na realidade brasileira.

Como forma de tornar mais didático o momento, foram utilizados pequenos vídeos² e apresentação em slideshow com imagens e ícones de fácil assimilação. Além também de uma maquete física que permitia demonstrar a importância da construção de um projeto que seguisse os parâmetros urbanísticos definidos pela LUOS, como parte também imprescindível do processo de regularização fundiária.

Os moradores receberam muito bem a ideia do TTC, uma vez que já se havia discutido em algumas assembleias a possibilidade de posse coletiva do terreno, principalmente por entenderem que essa é uma estratégia que de fato fortalece mais a comunidade. Por fim, foram estimulados debates e abertura para questionamentos (Figura 5), cujas falas dos moradores demonstraram já algumas apropriações dos conceitos e termos apresentados e refletidos.



Figura 5. Foto da primeira oficina realizada no dia 28 de outubro de 2021 (fonte: Acervo da assessoria técnica, 2021).

4.2 Oficina 02 - *A gente quer casa e o que mais?*

A segunda oficina consistia no debate sobre os outros espaços desejados pelos moradores para além das unidades habitacionais. O momento foi guiado pela busca de iniciar a construção de um programa de necessidades para o loteamento do terreno, entendendo as carências e os interesses dos moradores.

Inicialmente o terreno foi apresentado às famílias a partir de exposição em mapas impressos e projeções digitais. Foram apontadas as limitações naturais e técnicas do mesmo, bem como suas potencialidades e características quantitativas, como área total e dimensões do seu perímetro. Logo depois foi a vez dos moradores apontarem suas opiniões e observações sobre o terreno. A grande maioria discursou acerca da presença do declive e da limitação imposta pela área que hoje concentra porções de terras alagáveis. Houve comentários também em relação à terra em si, em como notavam que na área onde hoje se encontram os barracos o terreno é mais rochoso e mais firme, em contraposição à outras áreas, que vão de encontro à vegetação, e que possuem um aspecto mais barrento.

Nesse sentido, um mapa da ocupação, que demarcava os barracos e as hortas existentes, foi utilizado com o intuito de mostrar aos moradores o que há hoje construído por eles no terreno. A partir da mesma cartografia, as crianças e os adultos foram estimulados a identificarem espaços e elementos que não foram mapeados ali, como forma de identificar as artesanias já em prática no território. Os moradores conseguiram apontar, assim, o espaço no qual as crianças brincavam, os caminhos utilizados, as árvores e as áreas do terreno que já foram limpas por eles.

Com os moradores entendendo melhor o seu terreno e o que se tinha construído sobre ele até então, partiu-se para o objetivo principal da oficina: compreender suas vontades no que diz respeito às áreas comunitárias do projeto urbano e habitacional. Antes da discussão com os moradores, houve um momento de apresentação e explanação de exemplos de espaços coletivos e públicos, como hortas comunitárias, praças, parquinhos infantis, quadras e campinhos, centros comunitários, espaços para reuniões, e algumas ideias também para a própria agrofloresta³,

espaço de interesse dos moradores desde quando ainda estavam no terreno originalmente ocupado.

Após esse momento, houve uma roda de interação e discussão para ouvi-los. Relataram que desejavam um espaço com praça, que possuísse bancos, árvores, equipamentos de exercício e, caso fosse possível, um campinho para jogar futebol. As crianças complementaram ainda desejando uma área reservada para o brincar, com balanços, escorregadores, gangorras e outros tipos de brinquedos. Quanto aos equipamentos construídos, pontuaram a necessidade de um espaço para a futura associação de moradores, que pudesse congrega tanto reuniões quanto momentos festivos, além de um local onde os trabalhadores da área de reciclagem pudessem deixar seus carrinhos e materiais reservados. Algo interessante sugerido por uma das mães presentes, e depois amplamente apoiado pelas outras, foi a necessidade de um local onde pudessem deixar seus filhos menores para conseguirem participar das assembleias mais tranquilamente. Em seguida, outra mãe sugeriu a ideia de que esse espaço pudesse ficar de alguma forma interligado ao centro comunitário e tivesse atividades recreativas para as crianças enquanto as mães estivessem no espaço ao lado em assembleias e reuniões.

Após esse momento de lançamento de sugestões e propostas pelos moradores, voltou-se para o mapa impresso da ocupação com a intenção de iniciar as discussões acerca de possibilidades de implantação a partir do que foi falado pelas famílias (Figura 6). Contudo, foram ideias preliminares, sem nenhum rigor de dimensionamento, levando em consideração prioritariamente a questão de fluxos e ordenamento dos espaços. Utilizou-se ícones impressos previamente pelos assessores e colados em blocos de isopor para conduzir esse momento da oficina. Os ícones foram escolhidos a partir de um esforço imaginativo sobre o que os moradores poderiam vir a sugerir durante a oficina. Evidentemente houve sugestões inéditas em relação às que tinham sido imaginadas pela assessoria, mas nada que prejudicasse a dinâmica do momento, apenas tendo que haver adaptações manuais das figuras impressas durante o processo.

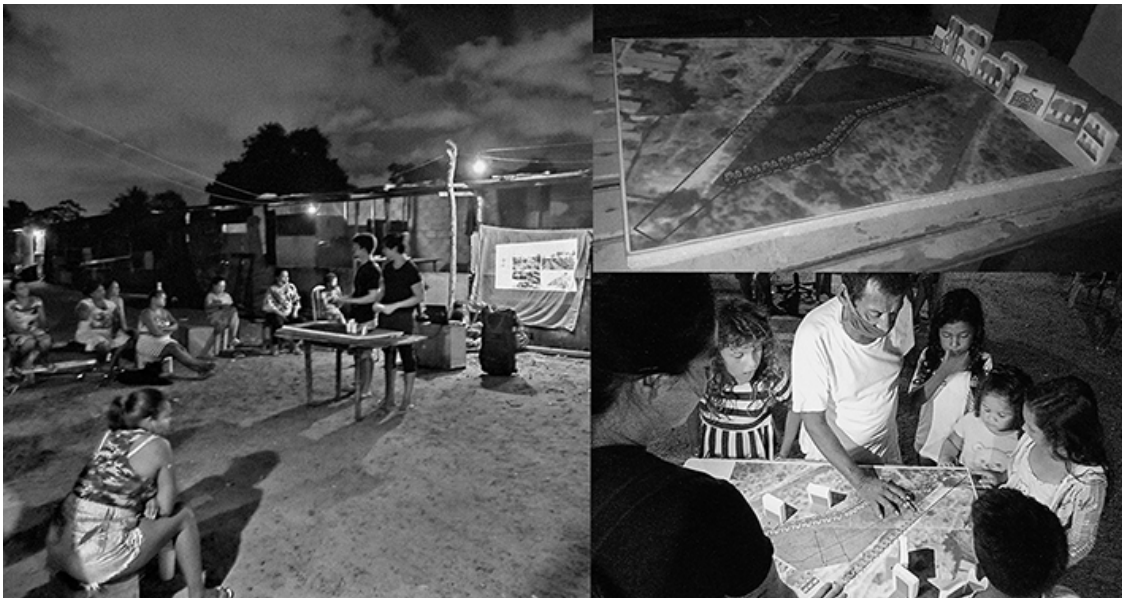


Figura 6. Fotos da segunda oficina realizada no dia 04 de novembro de 2021 (fonte: Acervo da assessoria técnica, 2021).

4.3 Oficina 03 - O que cabe no terreno?

Com o entendimento do terreno e dispo de uma ideia preliminar dos espaços comunitários desejados, na terceira oficina os moradores foram estimulados a continuar os estudos acerca da disposição desses espaços e das habitações. Uma maquete topográfica do terreno foi confeccionada e utilizada na oficina, sobretudo, como forma de resgatar as discussões acerca do terreno e de suas características principais. A representação física do terreno através da maquete

facilitou bastante a visualização dos moradores e reforçou mais ainda a compreensão destes sobre a terra. Essa questão foi fundamental para serem geradas algumas discussões que levaram à pactuação de diretrizes de implantação, como, por exemplo, que a área alagável receberia menos construções já que apresentava mais dificuldades de consolidação, ficando destinada à receber os espaços comunitários e áreas livres. Por conseguinte, as habitações seriam preferencialmente construídas na porção onde hoje já se encontram os barracos, uma vez que é a região do terreno que possui mais características favoráveis à construção.

No entanto, antes de partir para os primeiros testes junto aos moradores, primeiro promoveu-se um momento onde foram apresentadas às famílias algumas referências projetuais de habitação de interesse social, algumas com pontos mais positivos e outras com pontos mais negativos. A intenção era que os moradores pudessem discutir os bons e os maus aspectos, julgados por eles próprios, desses projetos, para assim reforçarem seus referenciais de projetos de habitação e apontarem questões positivas que gostariam de adaptar para as suas necessidades, bem como pontos negativos que não gostariam de tomar como referências. A seleção das imagens levou em consideração o que foi discutido na segunda oficina, acerca dos equipamentos e espaços comunitários que os moradores tinham interesse.

Desse modo, diversas fotos de projetos de habitação de interesse social foram impressas e dispostas sobre a maquete, e os moradores ficaram livres por alguns minutos para pegarem, olharem, analisarem e discutirem entre si e com os assessores (Figura 7). Em seguida, houve um momento de apresentação onde alguns moradores relataram o que acharam das referências. Agrupando-as nos grupos de pontos positivos, os moradores foram relacionando os espaços e combinando as fotos para expor os tipos de ambientes e de construções que desejavam no projeto, como um centro comunitário próximo a um parquinho e as unidades sendo de casas térreas. É interessante notar que os diferentes grupos de pessoas pontuaram diferentes questões. Por exemplo, as mulheres, em geral, preferiram as referências de casas térreas, principalmente aquelas com a existência de quintais e espaços para a jardinagem. Já os poucos homens presentes fizeram observações mais referentes a detalhes e técnicas construtivas, sentindo-se mais confortáveis com projetos que utilizavam a alvenaria e a estrutura de concreto do que aqueles que faziam o uso da estrutura metálica. Por sua vez, as crianças repararam nos espaços comuns, dando preferência aos projetos com grandes calçadas e espaços verdes na frente das casas, bem como aqueles com pátios internos com equipamentos recreativos e bem coloridos.



Figura 7. Moradores discutindo as referências projetuais levadas pela equipe de assessores (fonte: Acervo da assessoria técnica, 2021).

Quanto aos aspectos negativos, os moradores não gostaram das referências mais verticalizadas e daquelas que não possuíam áreas verdes e espaços coletivos no terreno. Interessante apontar que alguns moradores sinalizaram também aspectos negativos de conjuntos habitacionais de Fortaleza que já visitaram, mas que não estavam ali nas imagens. Comentaram sobre a não existência de árvores e jardins, de não possuírem espaços destinados à reunião e por terem muitas unidades habitacionais em um mesmo projeto. Assim, notou-se durante a atividade que o que estava sendo realizado era, em sua essência, um estudo de referência projetual pelos próprios moradores.

Após as discussões, algumas considerações foram tomadas a partir do consenso da maioria dos presentes. Houve a deliberação pela preferência de casas térreas e, se possível, a existência de quintais, reforçaram os espaços coletivos discutidos na oficina anterior, principalmente o centro comunitária, a área destinada à guarda dos materiais dos trabalhadores da reciclagem e a praça com equipamentos infantis de lazer, assim como o espaço reservado para as crianças menores permanecerem. Com isso posto, partiu-se para as experimentações na maquete.

Foram utilizados blocos de isopor com dimensões estimadas tanto para as habitações quanto para os espaços comunitários. Dessa forma, os moradores ficaram livres para testar algumas implantações (Figura 8). Interessante notar que, em um primeiro momento, as discussões se concentraram bastante sobre as maneiras de como dispor as casas, sendo estas sempre tratadas como prioridade pelos moradores. Como dito, a grande maioria preferiu trabalhar com casas térreas, mas com os testes notaram que, se fosse apenas essa tipologia habitacional, não conseguiriam compreender o escopo das 65 famílias da ocupação. Desse modo, entenderam que por conta das limitações do terreno, e do que haviam decidido de não construir habitações na porção alagável devido a sua fragilidade ambiental, era necessário verticalizar as unidades. Contudo, os moradores sempre se mostraram bastante resistentes a essa ideia, devido a grande maioria das famílias nunca terem tido a experiência de morar em apartamentos. Desse modo, houve a necessidade de se entrar em um consenso entre os interesses da maioria e as limitações

do terreno. Após debates e alguns testes com a maquete, notaram que seria possível unir as duas opções de uma forma que pudesse abranger a possibilidade de ter casas térreas e também ter algumas unidades de prédios de dois andares (referido pelos moradores como sobrados⁴), que não causaria uma grande verticalização. Assim, conseguiriam concentrar as habitações nas porções mais consolidadas do terreno e os espaços comunitários nas porções que necessitavam passar por um melhor tratamento da terra, como haviam combinado anteriormente.



Figura 8. Moradores testando desenhos de implantação na maquete física do terreno (fonte: Acervo da assessoria técnica, 2021).

Nesse sentido, a partir das discussões e dos testes realizados, combinou-se que os assessores trabalhariam digitalmente sobre o que foi construído nas oficinas até então, e seriam sistematizadas e apresentadas algumas ideias de implantação na oficina seguinte.

4.4 Oficina 04 – Primeiros desenhos para a Marighella

Inicialmente, na quarta oficina, foi retomado todo o processo das três oficinas anteriores, relembando as ideias de espaços comunitários e de tipologias habitacionais sugeridas e trabalhadas pelos moradores, bem como as áreas do terreno destinadas para os respectivos tipos de construção.

Foram elaboradas quatro opções preliminares para serem debatidas com os moradores. As quatro seguiam a setorização do terreno compactuada pelas famílias, mas suas principais diferenças estavam nas tipologias habitacionais e na disposição espacial destas, como é explicitado na figura 9, abaixo.



Figura 9. Especificidades das implantações apresentadas na oficina 4. (fonte: elaborada pelos autores).

Após a apresentação geral das quatro opções, reservou-se um momento para dúvidas. E aqui é importante fazer um adendo sobre a dificuldade que alguns moradores encontraram em compreender elementos representados em duas dimensões, nesse caso, as plantas de implantação. Por conta disso, houve a necessidade de explicar individualmente para alguns moradores os desenhos elaborados, bem como mostrar as suas respectivas visualizações em maquete digital junto ao uso da maquete física com os blocos de isopor.

Com as dúvidas sanadas, partiu-se para o momento de debate, onde os moradores foram estimulados a pensar a partir de dois principais questionamentos: (1) qual opção gera mais espaços livres e áreas comunitárias; e (2) qual opção comporta mais unidades habitacionais conciliando com os espaços livres. A partir disso as famílias iniciaram apontando suas impressões e opiniões. Na figura 10, a seguir, são sistematizadas as principais questões levantadas pelas famílias em relação a cada opção.

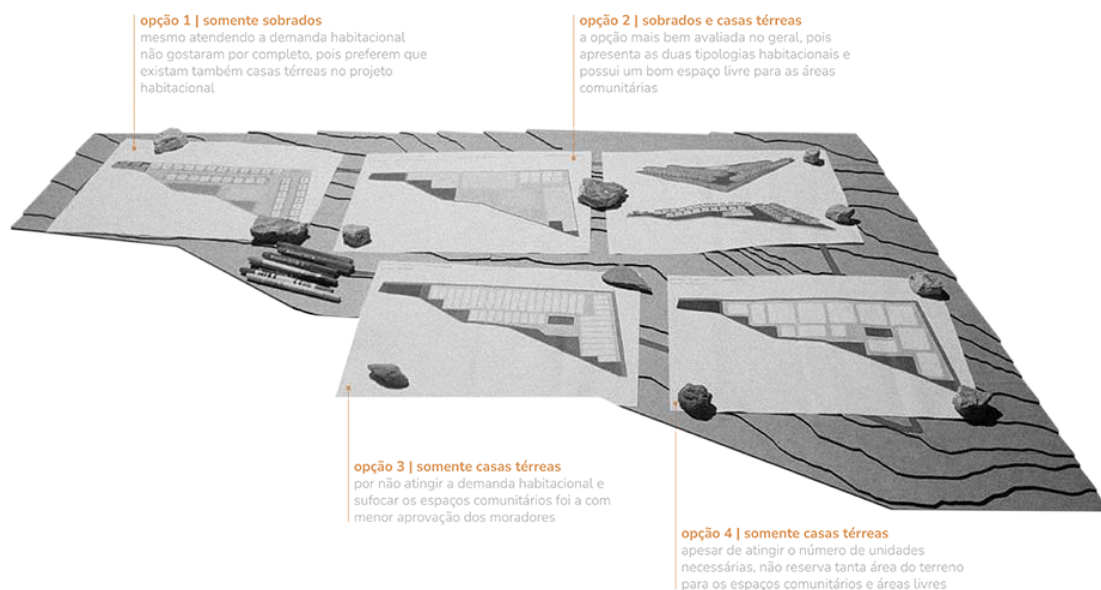


Figura 10. Apontamentos dos moradores em relação às opções de implantação. (fonte: elaborada pelos autores).

Em suma, a grande maioria demonstrou preferência pela opção 2, que mesclava as tipologias habitacionais, como haviam discutido na oficina anterior. Além disso, também permitia ter mais espaços disponíveis que pudessem ser destinados às áreas livres e aos espaços comunitários. Os moradores foram convidados a intervir sobre o desenho, apontando algumas sugestões e alterações que pudessem ainda serem feitas (Figura 11). A principal nova sugestão que surgiu nesta oficina foi a necessidade de serem inseridas vagas de estacionamento no loteamento, vislumbrando necessidades futuras das próprias famílias, bem como de seus visitantes. Apesar do surgimento dessa ideia, moradores apontaram que na implantação e na estruturação dos elementos no terreno os pedestres deveriam ser priorizados, uma vez que são a significativa maioria na ocupação atualmente.



Figura 11. Moradores intervindo sobre as soluções propostas (fonte: Acervo da assessoria técnica, 2021).

Desse modo, a quarta oficina finalizou-se com o entendimento de que os moradores preferiam a opção com a mescla de tipologias habitacionais, necessitando trabalhar e aprimorar a disposição das habitações em relação às circulações e os equipamentos comunitários, bem como a adição dos estacionamentos e o tratamento viário do entorno.

4.5 Oficina 05 - E como vai ser nossa casa?

Depois da escala urbana ser trabalhada, partiu-se para a escala das unidades habitacionais. A partir dos dados colhidos pelo censo comunitário, os moradores iniciaram as discussões acerca de como decidir um perfil das famílias para pensar as unidades de forma a abranger o máximo de singularidades possível. Na ocupação há a predominância de famílias com três ou mais integrantes, o que fez com que os moradores decidissem que, pensando nas famílias maiores, seria interessante montar uma tipologia habitacional com três quartos, que já demonstrasse a viabilidade desta opção. Com isso, as famílias menores poderiam adaptar no futuro suas unidades para apenas dois quartos, caso prefiram, ou utilizar o quarto a mais como um outro cômodo de sua vontade. Desse modo, o programa de necessidades das unidades habitacionais ficou definido em três quartos, dois banheiros, uma sala de estar, uma cozinha integrada com a sala de jantar e uma área de serviço.

Com isso definido, foram montados dois grupos, um com os adultos e um com as crianças. O intuito era de construir o momento a partir das visões desses dois grupos distintos, cada um à sua maneira. No grupo dos adultos foi utilizado um tabuleiro, construído com cartolina e demarcado com um *grid* de um metro de espaçamento entre as linhas em escala de 1/25. Para simular as paredes foram utilizados recortes retangulares de cartolina seguindo algumas possibilidades de

metragem a partir do tabuleiro, mas que por serem feitas de um material de simples manuseabilidade, poderiam ser adaptadas para outras metragens facilmente durante a realização da oficina. Por fim, foram impressos alguns móveis e equipamentos, na mesma escala do tabuleiro, para os moradores utilizarem como referência nas experimentações. Por sua vez, no grupo das crianças utilizou-se de uma metodologia mais lúdica, que permitia uma maior liberdade criativa para que estas pudessem expressar seus interesses e vontades. Foram disponibilizados materiais de desenho, como folhas de papel sulfite e canetinhas, lápis de cor, giz de cera, dentre outros. As crianças foram estimuladas a desenhar a partir de algumas perguntas norteadoras, pensadas previamente como forma de melhor captar o que se pretendia.

No grupo das crianças, primeiro explicou-se a importância de levar em consideração os desejos delas, tendo em vista que, assim como os adultos, também são sujeitos ativos na construção e vivência do lar. Desse modo, rapidamente entenderam que era o momento para falarem não só como imaginavam a casa, mas como gostariam de fato que a casa fosse. A metodologia foi baseada principalmente no desenho livre, mas de forma a ter um constante registro do que era falado e colocado no papel por elas. Os questionamentos que guiaram seus desenhos e falas foram: (1) o que tinha na casa de antes da ocupação que gostavam mais; (2) o que tem na casa de agora que gostam mais; e (3) o que gostariam que tivessem na casa e que ainda não tem.

A maioria dos desenhos e das falas demonstrava preferência por casa térrea, alguns poucos desenharam casas de dois andares. Citaram o desejo por um quarto próprio, com espaço reservado para brincar, guardar os brinquedos e estudar. Além disso, todos os desenhos tinham em comum o quintal, tanto como local recreativo, quanto de cultivo de plantas e árvores frutíferas, como também para o cuidado de animais domésticos. Algo também bastante constante nas falas das crianças era a relação da casa com o meio ambiente. Muitos desenharam o riacho presente ao lado do terreno como um potencial espaço de lazer a ser utilizado no futuro. Houveram falas, inclusive, referentes a não mais utilização do riacho como área de despejo sanitário, e a preocupação em se pensar uma alternativa para tanto.

Saindo da escala da casa, as crianças também fizeram apontamentos referentes aos equipamentos comunitários que gostariam que o projeto urbano abrangesse. Algumas comentaram sobre o centro comunitário, que desejavam que, para além de ser um espaço para reuniões, também reservasse um local para estudo, com uma biblioteca e um espaço para prática de artes marciais. Ademais, a praça com parquinho e quadra também foi uma demanda falada com frequência.

Enquanto isso, no grupo dos adultos, primeiro foi lembrada a decisão sobre a preferência por duas tipologias habitacionais: casas térreas e sobrados. Desse modo, concordaram que o desenho das unidades seria o mesmo, com a diferença de que, no caso dos sobrados, deveria ser levado em consideração a necessidade de haver uma escada externa para se acessar o nível superior. Assim, tendo como área mínima 60m², compactuada coletivamente entre os presentes, as famílias partiram para o uso do tabuleiro.

A dinâmica era simples e com bastante espaço para os moradores refletirem entre si, consistindo em discutir seus pontos de vistas e ideias enquanto já demonstravam estas fisicamente através do tabuleiro. Eram sempre lembrados sobre a importância de pensar estratégias para aproveitar a ventilação e a iluminação natural, como, por exemplo, atentar-se à posição das aberturas e dos móveis e à disposição dos cômodos entre si. Em consenso, a primeira ideia surgiu e utilizava-se de toda a metragem do lote. A unidade consistia em uma sala de estar que se conectava com o restante da casa através de um corredor, que dava acesso a dois quartos e um banheiro social, e, no seu fim, havia uma cozinha com área de serviço integrada (figura 12). Os próprios moradores acreditaram que poderiam aperfeiçoar essa ideia, principalmente a partir do aproveitamento do espaço ao trabalhar opções que não possuíssem corredores tão longos.

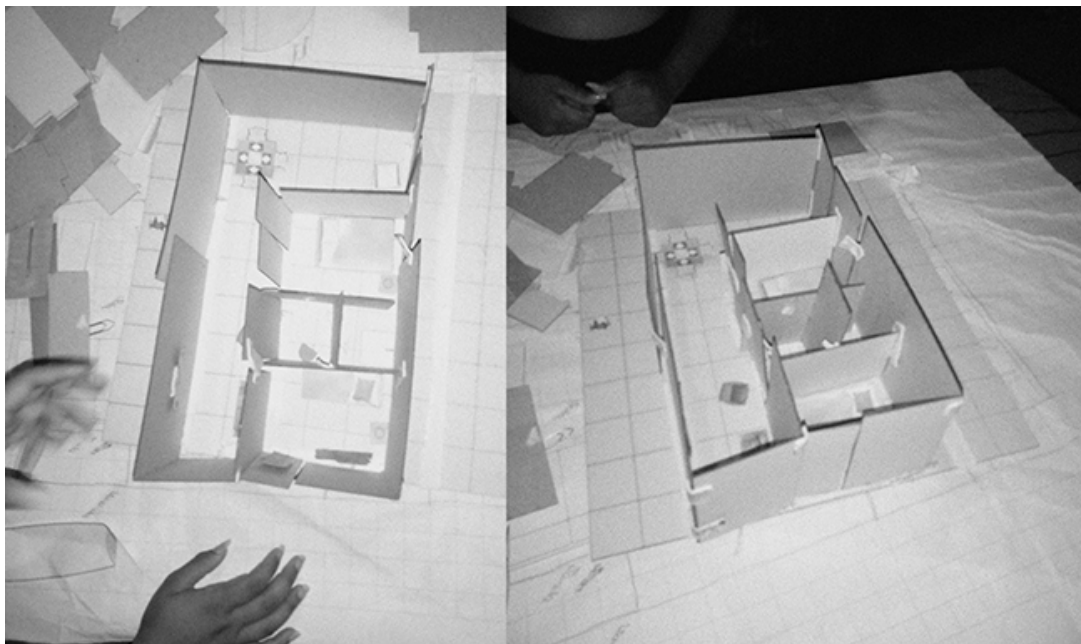


Figura 12. Primeira unidade elaborada pelos moradores. (fonte: Acervo da assessoria técnica, 2021).

Desse modo, também foram estimulados a utilizarem os vazios a seu favor, afastando estrategicamente, em alguns momentos, as paredes do limite do lote. Com isso, poderiam ter ganhos em relação a ventilação e a iluminação, bem como na disposição dos cômodos. Após algumas discussões e ideias de organização, chegaram em um resultado que foi bem aceito por todos.

A proposta deslocava a circulação para o centro da unidade e a tornava menor, bem como distribuía os ambientes ao longo desta em lados opostos (figura 13). À direita localizava-se a sala de estar, um quarto e, por fim, a cozinha, mas com a área de serviço disposta na área externa em um pequeno recuo do lote criado pelos moradores. Já à esquerda, encontrava-se o restante da área íntima da casa, composta por mais dois quartos, um sendo suíte, e um banheiro social. Desse modo, utilizando as mesmas dimensões de lote, os moradores conseguiram atender o programa de necessidades que haviam proposto inicialmente, ainda utilizando-se de pequenos recuos no lote para dispor áreas e fluxos, bem como usufruir da ventilação natural.

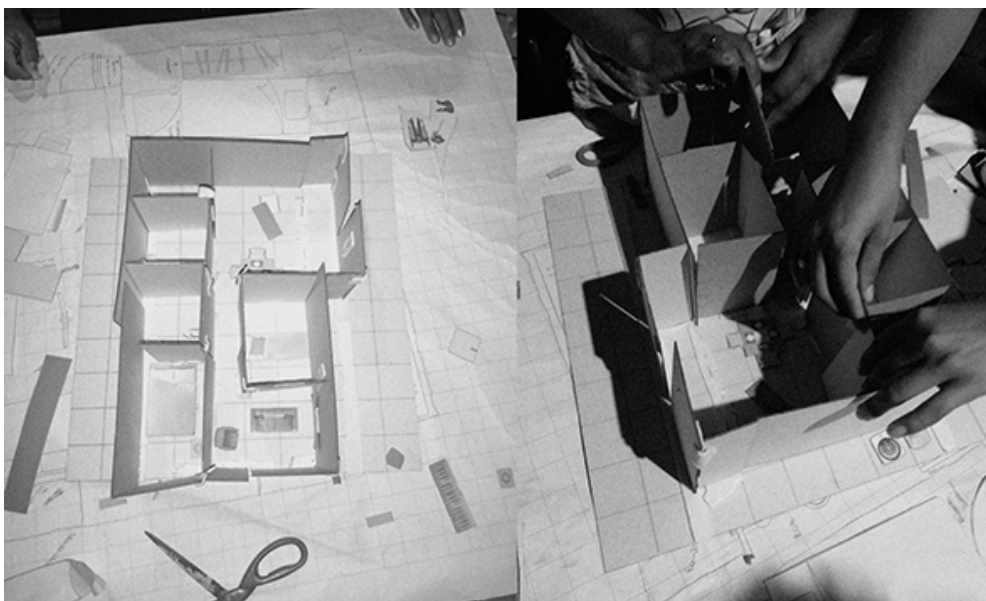


Figura 13. Unidade final elaborada pelos moradores (fonte: Acervo da assessoria técnica, 2021).

Concluiu-se a oficina com um breve momento de apresentação dos resultados dos dois grupos. Por fim, a partir de tudo que foi discutido e construído, decidiu-se que ficaria a cargo dos assessores trabalhar sobre uma proposta das unidades a ser apresentada posteriormente aos moradores. Abaixo, apresenta-se a sugestão de unidade habitacional mais atualizada e aprovada, até então, pelos moradores da Ocupação Carlos Marighella (figura 14).

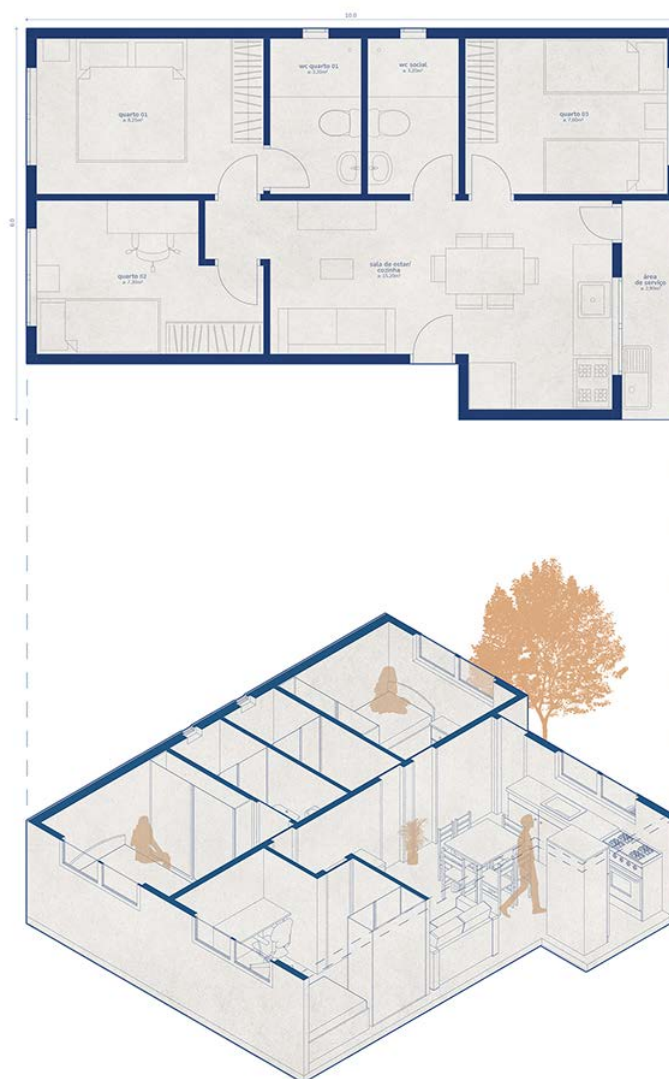


Figura 14. Unidade habitacional para a Ocupação Carlos Marighella (fonte: elaborada pelos autores).

A unidade segue bastante fiel àquela construída na oficina 5, com as principais diferenças de deslocar o acesso principal para a lateral direita da casa, bem como a troca de posição de um dos quartos com a sala de estar, a fim de unir esta com a cozinha com o intuito principal de facilitar os fluxos internos da casa.

4.6 Oficina 06 - Apresentação e discussão dos resultados preliminares

A proposta desenvolvida pelos assessores após a oficina 5 foi discutida com as famílias em assembleia duas semanas depois. Na sexta oficina foi inicialmente retomado todo o planejamento e discussões ocorridos nos encontros anteriores e após isso foi projetado em um muro as plantas de implantação e plantas baixas elaboradas como resultado. Esse espaço era destinado a discussão e sugestões de alterações nos resultados preliminares. Diante disso foram feitas algumas sugestões de adequação e aperfeiçoamento pelas famílias.

Importante salientar que as plantas das unidades foram elaboradas dentro do prazo do projeto financiado pelo CAU e a tempo para que ainda houvesse essa última oficina na qual seriam mostrados alguns dos resultados obtidos. É importante apontar aqui que esse projeto não possuía a qualidade desejada, mesmo para um nível preliminar, pois apresentava ainda alguns elementos que deveriam ser melhorados.

Devido ao ritmo do processo de assessoria técnica que perdura e está distante de ter seu fim, por ser algo contínuo e gradual que necessita de muitos diálogos, organização e que se adapta ao cenário em que se insere, o processo de planejamento e projeto continua para além da finalização do período imposto pelo edital do CAU/CE. O projeto aprovado e desenvolvido através de financiamento dessa instituição privada consistia, desde sua idealização pela assessoria, em uma espécie de estudo preliminar do projeto de habitações para as famílias que estivesse inserido dentro do plano popular da ocupação. Estudo este que poderá alimentar processos futuros que buscarão trilhar o desenvolvimento de novas e mais aprofundadas propostas, alinhando o conhecimento técnico e teoria sócio-política com as necessidades práticas e urgentes dos moradores.

5. Considerações sobre a prática de assessoria

Após a mudança de terreno, a Ocupação Carlos Marighella teve uma nova dinâmica ao longo do ano de 2021, tanto em relação à organização das famílias, quanto no que se refere à atuação dos movimentos na coordenação da ocupação, e por conseguinte o teor da assessoria técnica exercida também sofreu alterações. A partir desse momento, inicialmente a prioridade passou a ser a organização espacial dos barracos das famílias e sua construção, como foi visto. Nesse momento, outra onda de covid-19 surge na cidade, o que contribui para o distanciamento da assessoria junto a ocupação, assim como a urgente agenda de práticas políticas de outras ocupações desenvolvidas no interior do estado pelos mesmos movimentos sociais que coordenam a ocupação, que vieram a demandar mais tempo e dedicação dos representantes destes movimentos.

No primeiro semestre de 2021 houve uma mudança de clima na organização da ocupação, assim como uma desmobilização política das famílias e início de conflitos internos, devido principalmente à questão fundiária, isto é, a posse do terreno conquistado ainda estar ligada ao nome da Prefeitura Municipal de Fortaleza.

A prática de assessoria técnica nesse contexto se encontrava em meio a uma transição. Anteriormente, muito presente na programação de resistência das famílias, entretanto funcionando em um ritmo acelerado, de urgência, e muitas vezes, devido a isso, não tão participativa. Isso se deu devido a grande mobilização das famílias em 2020 e a necessidade de resistências às diversas reintegrações de posse do terreno antigo e de conquista de uma terra o quanto antes para os ocupantes. Já na nova fase, havia inicialmente uma dificuldade de presença no território, mas buscava-se o diálogo com a Prefeitura e outros agentes políticos e sociais da cidade para apoio e viabilização do projeto e da construção das unidades por autogestão. Além disso, foi uma etapa que intensificou a importância de conversas coletivas e assembleias gerais na tomada de decisões, planejamento e negociações com a Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF). No entanto, o ritmo era outro, mais lento e gradual, durante uma etapa de negociação, buscando-se chegar ainda no momento do projeto participativo com as devidas condições de contratação e financiamento da PMF.

Nesse meio tempo, dispendo de toda a razão de necessidades pragmáticas e do cansaço de um ano de luta, as famílias indagavam-se o porquê de não poderem limpar e fazer manejos de terra por conta própria para iniciar a construção de suas casas em alvenaria. Foi nesse período que houve maior mobilização para elaboração do Termo de Referência visando a construção do PPUA, juntamente da HABITAFOR, e a submissão do projeto para o edital do CAU-CE, buscando debater

questões emergenciais e a criação de comissões, mas acima de tudo, iniciar os projetos e processo de planejamento para o terreno conquistado.

Com a aprovação do projeto pelo CAU-CE, e a necessidade de reconstrução da organização interna, definiu-se em assembleia construir um calendário de atividades de luta, no qual haveria momentos de formação política feitos pelos movimentos sociais, além de atividades culturais, assembleias gerais mensais e as oficinas participativas relatadas neste artigo.

A assessoria técnica em arquitetura foi, portanto, aos poucos voltando gradualmente a se encaixar nas atividades semanais das famílias da ocupação, principalmente com o desenvolvimento do censo comunitário e das oficinas. A presença e o contato constante entre os assessores e os moradores foi essencial para a compreensão mais aprofundada da nova realidade social, econômica e espacial das famílias da ocupação, e com isso o entendimento também das relações, conflitos e desejos internos.

O processo projetual e de planejamento aqui relatado tem seu fim em dezembro de 2021. Entretanto a prática da assessoria técnica perdura com encaminhamentos de alterações no projeto de urbanização para o terreno e projeto das unidades. No presente momento, as famílias, o movimento social e os assessores se encontram em um momento de articulação interna e de novo planejamento de atuação. Em um cenário de ausência do Estado, busca-se o apoio financeiro para o tratamento do terreno e a compra dos materiais de construção, tanto do poder público como de entidades privadas. O primeiro se mostrando um agente mais esguio, que leva os processos a passos lentos, o que vem desgastando os moradores, e o segundo, sendo uma classe de agentes cuja ajuda é requerida em períodos de urgência, em situações que não são ideais, uma vez que se reconhece que tal responsabilidade tange principalmente os órgãos públicos competentes.

Todavia, diante das necessidades práticas e reais das famílias, bem como do necessário avanço na questão do seu direito à moradia, a disputa por financiamento se mostra essencial. A luta e a pressão para com o poder público continuam, contudo, se faz necessário também a incidência na busca por recursos de entidades privadas de teor filantrópico, ou que possuam esse tipo de atividade dentre seus eixos de atuação, frente à iminência de se avançar na melhoria das moradias e do habitat das famílias da Ocupação Carlos Marighella.

6. Referências

BALTAZAR, A. P.; KAPP, S. **Assessoria técnica com interface**. Publicado nos anais do Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo (ENANPARQ). Porto Alegre, 2016.

BARRETTO, Vinicius Saraiva. **Ocupação Carlos Marighella: busca pela produção habitacional local com assessoria técnica e autogestão**. Trabalho Final de Graduação - Universidade Federal do Ceará, Centro de Tecnologia, Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Design, Fortaleza, 2022.

BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos?** São Paulo: Storteccei, 2012

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

LOPES, Marcela; BRAGANÇA, Luciana; COELHO, Matheus; GUINHO, Luiza. **Quem ocupa constrói contracondutas**. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo v.26, n.39, 2º sem. 2019.

PEQUENO, Renato. **Mais de uma década de remoções em Fortaleza: uma análise espaço-temporal**. In: MOREIRA, F.A.; ROLNIK, R.; SANTORO, P.F. (orgs.). Cartografias da produção, transitoriedade e despossessão dos territórios populares. São Paulo: Raquel Rolnik, 2020, p.115-146.

RIBEIRO, Tarcyla Fidalgo; LITSEK, Felipe Cruz Akos. **Construindo caminhos para o Direito à Cidade: a contribuição do Termo Territorial Coletivo**. In: FERNANDES, Edesio (org). *El derecho a la ciudad frente a los desafíos actuales*, 1ª ed. Buenos Aires: CLACSO, 2021, p. 107-119.

SILVA, Anderson Mateus Santos da. **Pela construção de contracondutas: o planejar a partir do ocupar na Ocupação Carlos Marighella**. Trabalho Final de Graduação - Universidade Federal do Ceará, Centro de Tecnologia, Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Design, Fortaleza, 2022.

¹ A OPA é uma organização política social plural que tem como principal objetivo realizar o trabalho de base no campo e na cidade. Vem atuando nos últimos anos em Fortaleza e em algumas cidades do interior do estado.

² Disponíveis no site do projeto Termo Territorial Coletivo: <https://www.termoterritorialcoletivo.org/>.

³ A agrofloresta é uma forma de uso da terra na qual se resgata a forma ancestral de cultivo, combinando espécies arbóreas, como árvores frutíferas ou madeiras, com cultivos agrícolas e/ou animais. Essa combinação pode ser feita de forma simultânea ou em sequência temporal, trazendo benefícios econômicos e ecológicos para a área.

⁴ Os sobrados são edificações constituídas por dois ou mais andares, isto é, uma única casa que possui mais de um pavimento. No entanto, aqui o termo sobrado será utilizado para se referir a duas unidades habitacionais, uma localizada imediatamente acima da outra, com acessos diferentes entre si. Isso é feito como forma de validar o entendimento comum e as interpretações variadas e populares que um termo pode receber.